

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	25
--	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	26
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	27
5.3 - Descrição dos controles internos	28
5.4 - Alterações significativas	31
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.6 - Outras informações relevantes	36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	40
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	41
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	42
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	43
7.8 - Políticas socioambientais	44
7.9 - Outras informações relevantes	45

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	46
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	47
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	48

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	49
---	----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	50
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	53
9.2 - Outras informações relevantes	54

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	55
10.2 - Resultado operacional e financeiro	58
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	60
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	62
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	63
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	67
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	68

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	69
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	72
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	73
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	74
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	75
12.7/8 - Composição dos comitês	77

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	78
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	79
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	80
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	81
12.13 - Outras informações relevantes	82

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	83
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	85
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	89
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	90
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	91
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	92
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	93
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	94
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	95
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	96
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	97
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	98
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	99
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	100
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	101
13.16 - Outras informações relevantes	102

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	103
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	104
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	105
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	106
14.5 - Outras informações relevantes	107

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	108
15.3 - Distribuição de capital	113
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	114
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	115
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	116
15.7 - Principais operações societárias	117
15.8 - Outras informações relevantes	118

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	119
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	120
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	121
16.4 - Outras informações relevantes	122

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	123
17.2 - Aumentos do capital social	124
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	125
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	126
17.5 - Outras informações relevantes	127

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	128
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	129
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	130
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	131
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	132
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	133
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	134
18.8 - Títulos emitidos no exterior	135
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	136
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	137
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	138
18.12 - Outras informações relevantes	139

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	140
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	141
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	142

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	143
20.2 - Outras informações relevantes	144

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	145
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	146
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	147
21.4 - Outras informações relevantes	148

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****RICARDO DA CRUZ FRANCK****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**MAURO ELAR FERRARI****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

Declaro que revisei e concordo com as informações do Formulário de Referência e que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19.

O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Finansinos S/A – Crédito Financiamento e Investimento, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

RICARDO DA CRUZ FRANCK

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2- DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Declaro que revisei e concordo com as informações do Formulário de Referência e que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19.

O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Finansinos S/A – Crédito Financiamento e Investimento, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

MAURO ELAR FERRARI

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3- DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/ DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Declaramos que revisamos e concordamos com as informações do Formulário de Referência e que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19.

O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Finansinos S/A – Crédito Financiamento e Investimento, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

RICARDO DA CRUZ FRANCK – Diretor Presidente

MAURO ELAR FERRARI - Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	844-3		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	MBAUDIT - AUDITORES INDEPENDENTES S/S		
CPF/CNPJ	03.606.521/0001-85		
Período de prestação de serviço	01/01/2012 a 31/12/2016		
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS R\$ 18.720,00		
Justificativa da substituição	CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO N° 3.198 DE 27/05/2004 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E NOMAS DA CVM		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
CARLOS ALFREDO MOG	01/01/2012 a 31/12/2016	296.256.530-15	RUA ADÃO BAINO, 89, CONJ. 305, CRISTO REDENTOR, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 91350-240, Telefone (051) 33376664, Fax (051) 22276664, e-mail: mbaudit@terra.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	973-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	RAMIRES & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	05.465.151/0001-39
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DMEONSTRAÇÕES CONTÁBEIS R\$ 19.200,00
Justificativa da substituição	CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO N° 3.198 DE 27/05/2004 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E NORMAS DA CVM

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
FABIO RAMIRES DA SILVA	01/01/2017	456.246.150-00	AV. ASSIS BRASIL, N° 3316, SALA 705, CRISTO REDENTOR, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 91010-003, Telefone (051) 33480465, Fax (051) 33480465, e-mail: ramiresecia@terra.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

A partir de 01.01.2017 foi substituído o auditor responsável, sendo o novo responsável:

Nome: Fabio Ramires da Silva

CPF: 456.246.150-00

Endereço: Av. Assis Brasil nº 3316 Sala 705 - Bairro Cristo Redentor - POA - RS –

CEP: 91010-003

Telefone: (51) 33480465

Data de início: 01/01/2017 e término em 5 anos

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	16.836.779,12	17.362.978,07	22.110.513,62
Ativo Total	20.052.023,22	22.101.043,83	30.084.351,74
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	5.109.935,82	6.046.683,50	7.294.580,32
Resultado Bruto	4.098.366,44	-1.585.635,64	5.845.400,42
Resultado Líquido	-127.953,73	-4.539.091,49	680.737,99
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	18,425459	19,001309	24,196811
Resultado Básico por Ação	-0,140027	-4,967390	0,744971
Resultado Diluído por Ação	0,00	0,00	0,45

3.2 - Medições não contábeis

Não houve divulgação de medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não houveram eventos subsequentes relevantes

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Conforme Art. 32 do Estatuto Social, o saldo remanescente após a constituição da Reserva Legal e o pagamento dos dividendos (juros s/capital próprio) será destinado à conta de Reserva Especial, por deliberação da AGO.

Em cada AGO, o Conselho de Administração da Companhia deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por seus acionistas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Art. 32 (b) do estatuto prevê dividendo mínimo de 25% s/Lucro Líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por ações. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento além do mínimo obrigatório, exige aprovação por maioria de votos de acionistas titulares de ações ordinárias em circulação e depende do lucro do exercício e de outros fatos que o Conselho de Administração da companhia e seus acionistas julguem relevantes. Dentro deste contexto e planejamento tributário da Companhia, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés de pagamentos dos dividendos tributários da Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A companhia tem pago juros s/capital próprio com periodicidade semestral e imputar estes juros aos dividendos mínimos obrigatório, efetuados com base no art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95.

O Art. 31 do estatuto social prevê: a Sociedade por deliberação do Conselho de Administração poderá distribuir dividendos intermediários debitados à conta de reserva especial ou a conta de lucro apurado nos balanços semestrais.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostos por legislação ou regulamentação especial aplicável o emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativa ou arbitrais

Não há restrições.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	680.737,99
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	51,344290
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	1,580787
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	349.520,09
Lucro líquido retido	0,00	0,00	434.017,94
Data da aprovação da retenção			28/04/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00			
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária					233.013,39	28/07/2014
Ordinária					116.506,70	24/02/2015

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Nos últimos três exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	3.215.244,10	Índice de Endividamento	22,66017789	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		2.009.353,16	1.205.890,94	0,00	0,00	3.215.244,10
Total			2.009.353,16	1.205.890,94	0,00	0,00	3.215.244,10
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial aqueles relacionados:

a. ao emissor

A companhia estabelece sua política de crédito com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico e está amparado em procedimentos de análise desenvolvidos para minimizar os riscos.

O risco de inadimplência de nossos clientes poderia gerar uma perda ou uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em valores substanciais o que poderia impactar adversamente o resultado da companhia.

A companhia mantém a política de concessão de operações com garantias de recebíveis e na diversificação da carteira de crédito.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A companhia não possui fatores de risco relacionados ao controlador direto ou indireto, ou grupo de controle.

c. a seus acionistas

A companhia não possui fatores de risco relacionados aos seus acionistas

d. a suas controladas e coligadas

A companhia não possui fatores de risco relacionados a controladas e coligadas, visto que não está relacionada com nenhum grupo econômico.

e. a seus fornecedores

A companhia não possui fatores de risco relacionados a seus fornecedores.

f. a seus clientes

O risco de inadimplência é a maior preocupação para assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas e a melhor identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

os setores da economia que atuamos são indústria, comércio, serviços e pessoas físicas e não temos fatores de risco conhecidos.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A regulação é maior no próprio sistema financeiro que no mercado que atuamos.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, visto que a atuação da companhia é restrita ao Brasil.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A companhia monitora constantemente os riscos de seus negócios que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados.

A companhia administra de forma conservadora sua posição de caixa e seu capital de giro.

Atualmente, a companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo
- i. valor provisionado, se houver provisão

Processos de Natureza Trabalhista

A companhia possui 5 processos de reclamação trabalhista movido por ex-funcionários. De um modo geral os processos trabalhistas versam sobre horas extras, redução de salários, entre outros. O valor total envolvidos nos processos, considerando o valor atribuído às demandas é de aproximadamente 408 mil e estão provisionados em 100% deste valor. A probabilidade de perda é possível.

O processo é o seguinte:

Nº Processo	0130800-41. 2009. 5.04.0301	0020622-66.2016.5.04.0305	0021023-65.2016.5.04.0305
a. Juízo	1ª Vara-NH	5ª Vara- NH	5ª Vara- NH
b. instância	Inicial	Inicial	Inicial
c. data de instauração	04.02.2010	03.06.2016	27.09.2016
d. partes no processo	Ex. Funcionário	Ex. Funcionário	Ex. Funcionário
e. valores, bens ou direitos envolvidos	228 Mil	40 MIL	140 Mil
f. principais fatos	Reclamatória Trabalhista	Reclamatória Trabalhista	Reclamatória Trabalhista
g. chance de perda(provável, possível ou remota)	Provável	Provável	Provável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há, temos provisão de 100% do valor	Não há, temos provisão de 100% do valor	Não há, temos provisão de 100% do valor
valor provisionado (se houver provisão)	228 Mil	40 Mil	140 Mil

Processos de ações Executivas

A companhia figura pelo Ativo de uma ação executiva contra SAMAS S/A, referente contrato de capital de giro na 3ª Vara Civil de NH em 02.04.2007 no valor de R\$ 644 mil. A descrição do processo apresentamos a seguir:

Nº Processo	01910700047646
a. Juízo	3ª Vara Civil de NH
b. instância	Inicial
c. data de instauração	02.04.2007
d. partes no processo	SAMAS S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	644 Mil
f. principais fatos	Ação Executiva de contrato de capital de Giro
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há, temos provisão de 100% do valor
valor provisionado (se houver provisão)	644 Mil

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 – Descrever os processo judiciais, administrativo ou arbitrais, que não estejam sob sigilo em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas informando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. se a chance de perda é:
 - i. provável
 - ii. possível
 - iii. remota
- h. análise do impacto em caso de perda do processo
- i. valor provisionado, se houver provisão

Processos de Natureza Trabalhista

A companhia possui 2 processos de reclamação trabalhista movido por ex-diretores. O valor total envolvido, nos processos, considerando o valor atribuído às demandas é de aproximadamente 180 mil e estão provisionados em 100% deste valor. A probabilidade de perda é possível.

Os processos são os seguintes:

Nº Processo	0021092-97.2016.5.04.0305	0021110-24.2016.5.04.0304
a. Juízo	5ª Vara- NH	4ª Vara- NH
b. instância	Inicial	Inicial
c. data de instauração	18.10.2016	18.10.2016
d. partes no processo	Ex. Diretor	Ex. Diretor
e. valores, bens ou direitos envolvidos	90 Mil	90 Mil
f. principais fatos	Reclamatória Trabalhista	Reclamatória Trabalhista
g. chance de perda(provável, possível ou remota)	Provável	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há, temos provisão de 100% do valor	Não há, temos provisão de 100% do valor
valor provisionado (se houver provisão)	90 Mil	90 Mil

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não possui processos sigilosos em que a companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminado entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

a. valores envolvidos

b. valor provisionado, se houver

c. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

A companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas judiciais semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro**
- d. outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, a companhia é de única agência na sede, refere-se a uma empresa Nacional.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Finansinos emprega uma política conservadora na administração das exposições ao risco de mercado, trabalhando basicamente com operações prefixadas a longa data fazendo com que o risco se concentre no “Risco de Taxa de Juros”, e, portanto é sobre ele que recai a nossa política institucional.

O Patrimônio de referência exigido em 31.12.2016 é de R\$ 2.569.216,50, sendo que deste valor R\$ 1.860.127,23 refere-se ao Risco de Crédito, R\$ 663.692,25 refere-se ao Risco Operacional e somente R\$ 45.397,02 corresponde ao Risco de Mercado.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção**
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- c. instrumentos utilizados para de proteção patrimonial (hedge)**
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade de política adotada**

Definições da Política

O risco de mercado está vinculado basicamente a “Liquidez” e nos “Descasamentos” entre às posições compradas e vendidas.

Para mensuração e controle do risco de mercado a FINANSINOS adota como abordagem as taxas de mercado no último dia útil do mês, tanto para cálculo do valor em risco quanto para cálculo de volatilidade de vértices, visto que é o método que apresenta o maior “Value at Risk do RBAN” ou maior risco de mercado.

Gerenciamento de Liquidez

Para garantir a Liquidez da nossa captação em Letras de Câmbio ou mesmo para cumprir outras obrigações financeiras, a empresa mantém fluxo normal de recebimentos de suas operações de Crédito e aplicações em CDI em várias instituições financeiras, além das aplicações em fundos de investimentos conservadores referenciados em DI. Desta forma a empresa não fica refém das condições de mercado para se desfazer das posições assumidas caso necessite atender ao fluxo de caixa.

Estratégias de Descasamentos

A empresa tem mantido prazos compatíveis entre ativos e passivos de forma que o descasamento se mantenha sempre positivo.

As estratégias de Decisões de aplicação e captação são definidas pelo Diretor Financeiro, e as operações de crédito pelo Diretor Operacional, esta centralização de atribuições contribui para assegurar a precisão das informações sobre as posições e avaliar os riscos inerentes às transações de arbitragem.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 Descrição dos controles internos

A companhia tem seus controles internos definidos em manuais tais como o “sistema de Rating” e o “Manual Operacional” cuja estrutura é a seguinte:

1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 – A EMPRESA

1.2 – A ASSEMBLÉIA GERAL

1.3 – O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1.4 - A DIRETORIA

1.5 – ORGÃOS OPERACIONAIS

1.6 – O ORGANOGRAMA

2. DEPARTAMENTO FINANCEIRO

2.1 – CRÉDITOS

2.1.1 – FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

2.1.2 – EMPRÉSTIMO DE CAPITAL DE GIRO

2.1.3 – DESCONTO DE TÍTULOS

2.1.4 – CRÉDITO PESSOAL

2.1.5 – FINANCIAMENTO COM INTERVENIÊNCIA

2.2 – COBRANÇAS

2.2.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.2.2 – COBRANÇA POR CAIXA

2.2.3 – COBRANÇA CONVENIADA

2.2.4 – COBRANÇAS ESPECIAIS

2.3 – CAPTAÇÕES

2.3.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5.3 - Descrição dos controles internos

2.3.2 – VENDA DE LETRAS DE CâMBIO

2.3.3 – RESGATE DE LETRAS DE CâMBIO

2.4 – APLICAÇÕES

2.4.1 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

2.4.2 – TÍTULOS DE RENDA FIXA

2.5 – TESOURARIA

2.5.1 – CAIXA

2.5.4 – CONTA CORRENTE NÃO MOVIMENTÁVEL P/CHEQUE

3. DEPARTAMENTO JURÍDICO

3.1 – DEMANDAS

3.2 – DEFESAS

3.3 – ANÁLISES

4. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

4.1 – SECRETARIA

4.1.1 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)

4.1.2 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA(AGE)

4.1.3 – REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1.4 – REUNIÃO DA DIRETORIA

4.1.5 – AQUISIÇÃO DE MATEIRIAIS OU CONTR. DE SERVIÇOS

4.1.6 – OUTROS EVENTOS

4.2 – ACIONISTAS

4.2.1 – SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

5.3 - Descrição dos controles internos

4.2.2 – TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

4.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

4.2.4 – RELATÓRIOS

4.3 – PESSOAL

4.3.1 – REMUNERAÇÕES

4.3.2 – ENCARGOS SOCIAIS

4.3.3 – CONTROLES AUXILIARES

4.3.4 – LIVROS E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

5.4 - Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Não houveram alterações significativa no gerenciamento de risco no exercício.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 – Outras inf. Relevantes – Gerenc.de Riscos e Controles Internos

Não há outras informações relevantes s/ gerenciamento de riscos ou controles internos

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	12/09/1962
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico do emissor

A empresa foi fundada em 12 de setembro de 1962 por um grupo de empresários de Novo Hamburgo, onde tem sua sede e começou a operar em 15 de maio de 1965 como sociedade de crédito, financiamento e investimento, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

O capital inicial de Cr\$ 50.000,00 subscrito por uma dezena de acionistas atinge hoje o valor de R\$ 12.351.465,87 distribuído entre cerca de 273 acionistas.

A partir de 1º de julho de 1993, a empresa passou a operar como Banco Múltiplo, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil, adotando a denominação de Banco Finansinos S/A – FINANBANCO.

Pela AGE de 23 de agosto de 2001, a empresa efetuou uma reorganização societária, voltando a operar como sociedade de crédito, financiamento e investimento, conforme processo aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17.04.2002, adotando a denominação atual de FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento.

Pela AGE de 28 de abril de 2005, a empresa efetuou o grupamento de ações na proporção de 200 ações para uma ação da mesma espécie, atendendo as recomendações e diretrizes emanadas pela BOVESPA, na qual as companhias de capital aberto são orientadas a promover o grupamento de ações, quando ainda contadas em R\$ por lote de mil como era o caso a FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não tivemos pedidos de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não temos outras informações a serem divulgadas.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1 – Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Financiamento de Bens e Serviços e Intermediação Financeira.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 – Em relação a cada segmento operacional eu tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houve, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Financiamento de Bens e Serviços e Intermediação Financeira

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A empresa opera com um único segmento: Financiamento de Bens e Serviços e Intermediação Financeira

Exercício	Receita da Intermediação Financeira R\$	% s/Receita Líquida
2016	5.109.935,82	100%
2015	6.046.683,50	100%
2014	7.294.580,32	100%

c. lucro ou prejuízo do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Exercício	Lucro Líquido do Segmento R\$	% s/Lucro Líquido
2015	(127.953,73)	100%
2015	(4.539.091,49)	100%
2014	680.737,99	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 – Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

b. características do processo de distribuição

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercado

ii. condições de competição nos mercados

d. eventual sazonalidade

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgão e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A Finansinos S/A. tem atuado no mercado consumidor de veículos leves e de transportes, como também no empréstimo consignado, cujo prazo de operação é de até 36 meses. Para os empréstimos de capital de giro, crédito pessoal e desconto de títulos o prazo máximo é de até 24 meses.

O mercado apresentou uma grande competitividade na sua oferta de produtos e serviços financeiros, com a estabilização econômica, criou um ambiente propício para novos negócios.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 – Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. montante total de receitas provenientes do cliente
- b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 –Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública pra obtenção de tais autorizações

A companhia é uma Instituição Financeira, constituída em 12.09.1962 e autorizada a funcionar pelo BACEN através da CARTA DE AUTORIZAÇÃO nº 221 de 24.12.1964 e tendo iniciando suas operações em 1965.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para cumprimento da regulamentação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não há necessidade de regulamentação ambiental

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos e royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A única dependência para o desenvolvimento das atividades é a Carta de Autorização do BACEN que foi emitida em 24.12.1964 sob. N° 221

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 – Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A companhia não opera fora do Brasil, sendo a receita 100% nacional de R\$ 5.109.935,82 e R\$ 6.046.683,50 em 2015.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 – Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

A companhia não opera em Países estrangeiros

7.8 - Políticas socioambientais

7.8 – Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Não há relações de longo prazo relevantes que não figurem no formulário.

A Finansinos S/A ainda não elabora ou divulga relatório de sustentabilidade ou documento similar. A companhia, no entanto está consciente de sua responsabilidade de colaborar e buscar constantemente soluções sustentáveis e ambientalmente corretas, bem como possui iniciativas nessas áreas como as descritas a seguir:

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Finansinos S/A apoia projetos sociais e investe em iniciativas que garantem uma melhor qualidade de vida, através de contribuições as seguintes instituições:

- a) Liga Feminina de Combate ao Câncer – NH
- b) Associação Assistencial de Oncopediatria – AMO
- c) Fundação Semear

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes

8.1 - Negócios extraordinários

8.1 – Negócios extraordinários

Não há negócios extraordinários a serem divulgados.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2 – Alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor

Não tivemos alterações significativas na condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3 – Contratos Relevantes celebrados pelo emissor e sua controlada não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A companhia não possui qualquer tipo de contrato não relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A companhia entende que todas as informações relevantes já foram fornecidas acima

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1 – Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

A partir de 11.06.1979, a sede foi transferida para um predio próprio, com nove pavimentos, com cerca de três mil metros quadrados de área construída, está situado em pleno quarteirão bancário.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PRÉDIO COM NOVE PAVIMENTOS	Brasil	RS	NOVO HAMBURGO	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FINANBANCO	ATÉ 26.12.2020	NÃO RENOVAÇÃO DO REGISTRO NO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTRAS EMPRESAS PODERIAM USAR A MARCA DA COMPANHIA
Marcas	FINANSINOS	ATÉ 20.07.2002	NÃO RENOVAÇÃO DO REGISTRO JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTRAS EMPRESAS PODERIAM SE UTILIZAR DESTA MARCA
Marcas	FIGURATIVA	ATÉ 10.01.2017	NÃO RENOVAÇÃO DO REGISTRO NO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTRAS EMPRESAS PODERIAM USAR A MARCA DA COMPANHIA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM COLIGADAS OU CONTROLADAS

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, bem como para buscar o crescimento sustentável dos seus negócios.

A Finansinos apresenta uma estrutura de capital com uma composição bastante sólida e equilibrada, permitindo que a empresa cumpra suas obrigações sem a dependência de qualquer comprometimento dos negócios da mesma. Nosso caixa e equivalentes em caixa estão sempre representados em ativos de rápida liquidez.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipótese de resgate, (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

A atual estrutura de capital, apresenta níveis conservadores de alavancagem, adequados ao perfil de risco a que a empresa está exposta.

A companhia contempla 913.778 ações ordinárias nominativas, sendo que as ações em circulação, excluindo a Diretoria e Conselho, atingiram o percentual de 33,14% do total das ações.

A sociedade poderá adquirir as ações de sua emissão, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração. No momento a empresa não tem planos de resgate de ações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Finansinos apresenta plena capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo. A companhia mantém o monitoramento constante dos prazos de vencimento dos ativos e passivos, afim de evitar quaisquer descasamentos de caixa que possam comprometer nossa capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

A Diretoria optou pela manutenção de um elevado nível de valores em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e em Títulos e Valores Mobiliários, que são recursos de liquidez imediata, reforçando sua postura conservadora na gestão da liquidez.

d. fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos circulantes utilizados.

A Finansinos prioriza a captação de recursos através de Letras de Câmbio, apesar de sempre ter se mantido capitalizada o que faz com que o capital próprio se torne a principal fonte de financiamento do capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A política de gestão de risco de liquidez adotada pela Financeira estabelece um plano de contingência, com ações corretivas para o restabelecimento dos níveis adequados de liquidez.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As ações incluem a concessão de incentivos para novas captações de Letras de Câmbio e interrupção gradativa de concessão e da renovação de operações de crédito.

f. níveis de endividamento e características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

O endividamento da empresa é basicamente com a emissão de Letras de Câmbio, que representa um valor bem abaixo das nossas aplicações financeiras, que são recursos de liquidez imediata e impostos.

O endividamento total nos três últimos exercícios, evidenciamos a seguir:

Período do Endividamento	Montante em R\$	Índice de Endividamentos s/Patrimônio Líquido
31.12.2016	3.215.244,10	19,09655093
31.12.2015	4.738.065,76	27,28832427
31.12.2014	7.456.290,72	35,32027147

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não temos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez apresentaram um aumento em 2016 de R\$ 1.218 mil, decorrente basicamente da manutenção dos recursos aplicados em CDI.

Os Títulos e Valores Mobiliários em 2016 apresentaram uma redução de R\$ 1.029 mil, decorrente da venda de 40% de nossa posição em Ações de Companhia Aberta.

As operações de crédito tiveram uma redução em 2016 de R\$ 7.156 mil, em função da alteração na política de concessão de crédito em que foi dado prioridade a cobrança e uma maior seletividade nas novas operações, além da retração do mercado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem se mantido bastante elevada nos três exercícios em função da inadimplência de clientes de valores relevantes, a redução de R\$ 4.822 mil no exercício de 2016, ocorreu em função de uma mudança na política de cobrança da companhia em que as empresas que não honrarem seus compromissos em dia são encaminhadas pra cobrança judicial, especialmente em 2015 onde foram ajuizados valores relevantes, e neste caso automaticamente gera provisões e no exercício de 2016 por estarem vencidas a mais de um ano, grande parte dos valores foram transferidos para prejuízo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado não operacional em 2014, decorreu principalmente de ganhos em processo judicial.

As alterações comentadas acima podem ser evidenciadas a seguir:

CONTAS	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.778.046,96	2.559.716,18	4.051.509,55
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.734.339,95	5.764.220,30	5.017.886,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.434.803,29	14.591.200,66	19.091.401,53
PROVISÃO P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(2.481.548,73)	(7.303.153,00)	(1.411.238,90)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - POSITIVO	12.600,46	5.142,44	846.031,89

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nossas receitas decorrem principalmente de taxas de juros, tarifas, aplicações financeiras.

Nossas despesas decorrem principalmente de custos de captação (LC), tributos, provisões para contingências, despesas administrativas, provisão para devedores duvidosos e despesas de pessoal.

Nossos resultados operacionais tem sido influenciados pela capacidade de gerar novos empréstimos, em função da demanda por novos produtos de crédito e pela variação nas taxas de juros oferecidas no mercado, bem como pelo nosso nível de provisão para devedores duvidosos.

b. variações das receitas tributáveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

As nossas receitas estão diretamente ligadas ao volume de nossos negócios e tem se mantido estáveis ao longo dos últimos exercícios, visto que nosso negócio depende da demanda e da oferta de crédito no mercado que tem se mantido bastante elevada.

As alterações de preços, taxas de câmbio e da inflação em nossos clientes, poderia gerar uma situação de inadimplência em nossas operações de crédito, porém estamos mantendo um maior rigor na concessão de crédito, buscando garantias reais e um acompanhamento efetivo de nossos clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, de câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Nossa empresa opera somente com empréstimos, financiamentos e com títulos descontados, cujas operações são todas com taxas pré-fixadas, portanto a única variação que poderia afetar os negócios seria uma elevação substancial da taxa de juros, visto que não temos envolvimento direto com preços e não operamos com taxas de câmbio. A nossa trava contra os efeitos da inflação ou da taxa de juros a empresa vem operando com um prazo limitado, no máximo 24 meses para os empréstimos e de 36 meses para financiamentos, o que possibilita uma rápida recolocação dos recursos com as novas taxas praticadas no mercado.

10.3 Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

b. constituição, aquisição ou alienação de participações societária;

c. eventos ou operações não usuais;

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não houve eventos relevantes neste sentido.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional;**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participações societária;**
- c. eventos ou operações não usuais;**

Não houve eventos relevantes neste sentido.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis;**
- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;**
- c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;**

Não houve alterações de práticas contábeis e nem houve ressalva no parecer do auditor no exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes pra a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajuste de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

No exercício de 2011 a empresa adotou, com base em laudos técnicos, as novas taxas de depreciação que levam em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens, sendo que a variação relevante foi a depreciação dos Imóveis de Uso que passou de 4% para 1,66% ao ano e que foi mantido nos exercícios seguintes.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações Financeiras;

Nos últimos três exercícios não houve itens relevantes não registrados contabilmente, todas as operações estão evidenciadas nas demonstrações financeiras;

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações Financeiras;

Nos últimos três exercícios não houve itens relevantes não registrados contabilmente, todas as operações estão evidenciadas nas demonstrações financeiras;

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de Negócios

O plano de negócios é de manter os negócios concentrados em Empréstimos, Financiamentos e Desconto de Títulos, porém bastante seletivos na concessão de recursos para evitar a inadimplência futura.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros fatores com influência relevante

O fator de influência relevante continua sendo a inadimplência em nossos negócios.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas de projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 – Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídos por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto à projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A companhia não divulga projeções

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 – Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Conforme Art. 8º do Estatuto Social, a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos integrantes deverão ser brasileiros, com mandato de um (1) ano, até a AGO do ano seguinte, dispensados de prestar caução, prorrogando-se o mandato, até a posse de seus substitutos, após a necessária homologação pelo Banco Central do Brasil

Conforme Art. 23º do Estatuto Social, o Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, que somente será instalado por deliberação de Assembléia Geral, por solicitação de acionistas, nas condições previstas pela legislação em vigor, cujo mandato irá até a primeira AGO, após a sua instalação. Pela AGO de 25.04.2016 não foram instalados os membros do conselho fiscal.

Conselho de Administração

Art. 14 do Estatuto Social. Competirá ainda ao Conselho de Administração, as seguintes atribuições:

- a) Estabelecer a orientação e os critérios gerais da política administrativa e operacional da sociedade;
- b) Determinar as atribuições e tarefas a cada Diretor, as condições e limites de valor dos atos a serem praticados pela Diretoria;
- c) Decidir sobre a abertura e encerramento de dependências;
- d) Aprovar previamente a aquisição, a alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;
- e) Autorizar a participação no capital de outras sociedades;
- f) Autorizar a distribuição antecipada de dividendos;
- g) Autorizar a aquisição de ações de emissão da sociedade, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento;
- h) Examinar os balancetes mensais;
- i) Apresentar ao Conselho Fiscal, quando em funcionamento, os balancetes mensais e os balanços;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- j) Submeter à Assembléia Geral, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e a Distribuição de Dividendos;
- k) Convocar a Assembléia nos casos previsto em lei ou quando julgar conveniente;
- l) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade e sobre os casos omissos ou que suscitem dúvidas no Estatuto, respeitadas as atribuições da Assembléia Geral;
- m) Contratar e destituir os Auditores Independentes externos;

Art. 16 – do Estatuto Social. São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho, sendo substituído em suas ausências ou impedimentos, pelo Vice Presidente, e na falta deste, por qualquer de seus integrantes;
- b) Convocar, por deliberação do Conselho, a Assembléia Geral, bem como, instalá-la e presidi-la;
- c) Representar o Conselho de Administração e deliberar “ad referendum” do mesmo;
- d) Fiscalizar e fazer executar pela Diretoria as atribuições, diretrizes e deliberações do Conselho de Administração;

Diretoria

Art. 17 – do Estatuto Social. A Diretoria é o órgão de representação e administração executiva da sociedade, cabendo aos Diretores gerir os negócios sociais e executar a política estabelecida pelo Conselho de administração, nas áreas e com as atribuições por ele fixadas.

§1º - Os atos e documentos em geral, que importem em responsabilidade para a sociedade ou exonerem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis ou instrumentos de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados pro dois Diretores em conjunto;

§2º - Nos atos de mera rotina administrativa, poderá a sociedade ser representada pro um Diretor.

Art. 18 – do Estatuto Social. As atribuições e poderes dos Diretores serão exercidos nos limites deste Estatuto e das deliberações do Conselho de Administração.

§ único – É vedado aos Diretores constituírem ônus reais sobre os bens da sociedade, prestarem garantias ou assumirem obrigações em nome desta, em favor de terceiros.

Art. 21 – do Estatuto Social. São ainda, atribuições dos Diretores:

- a) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e do Estatuto;
- b) Executar as tarefas e funções para que foram eleitos;
- c) Realizar a administração dos negócios sociais, adotando medidas e providências necessárias ao eficiente funcionamento dos serviços, dos departamentos e dependências da sociedade;
- d) Mandar elaborar os balancetes mensais, balanços, demonstrações financeiras e relatórios, submetendo-os a aprovação do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- e) Encaminhar sugestões ao Conselho de Administração referente a medidas de caráter administrativo, e comparecer às suas reuniões, quando convidados.

Art. 22 – do Estatuto Social. Compete ainda ao Diretor Presidente:

- a) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e deliberar com o voto de qualidade, se necessário;
- c) Coordenar os trabalhos dos demais Diretores e assegurar o funcionamento normal da sociedade;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 – Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

b. competências

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Da Assembleia Geral

Art. 27 – do Estatuto Social. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 30 de abril de cada ano, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem e nos casos previstos em Lei ou no Estatuto.

§ 1º - As Assembleias Gerais serão convocadas instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou quem o substituir, o qual convidará dentre os acionistas presentes um ou dois secretários.

Os documentos relativos à Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da companhia, Rua Bento Gonçalves nº 2575 em Novo Hamburgo – RS e nas páginas da Comissão de valores Mobiliários – CVM e da BM&FBovespa – Bolsa de Mercadorias e Futuros S.A na rede mundial de computadores.

Art. 34 – do Estatuto Social. Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos e deverão obedecer as disposições que regem as sociedades anônimas, bem como, os normativos referentes as instituições e as sociedades de crédito, financiamento e Investimento, emanadas pelas autoridades competentes.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

Art. 15 – do Estatuto Social. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, uma vez pro mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, por três de seus integrantes ou pela Diretoria, deliberando validamente com a presença mínima de três conselheiros.

O Art. 13 § 4º estabelece: Será considerado vago o cargo de Diretor ou de Conselheiro, que sem motivo justificado ou sem estar devidamente licenciado, deixar de exercer suas funções por mais de sessenta (60) dias consecutivos, ou deixar de assinar, em trinta (30) dias, o termo de posse, quando eleito e homologado.

b. se existem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há no acordo de acionistas restrições neste sentido.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Art. 34 – do Estatuto Social. Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos e deverão obedecer s disposições que regem as sociedades anônimas, bem como, os normativos referentes as instituições e as sociedades de crédito, financiamento e Investimento, emanadas pelas autoridades competentes.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 – Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Art. 34 – do Estatuto Social. Os casos omissos neste Estatuto, serão resolvidos e deverão obedecer as disposições que regem as sociedades anônimas, bem como, os normativos referentes as instituições e as sociedades de crédito, financiamento e Investimento, emanadas pelas autoridades competentes.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
RICARDO DA CRUZ FRANCK	11/03/1960	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2017	1ª RCA após AGO 2018	2
265.916.930-68	ADVOGADO	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/04/2017	Não	0.00%
ADVOGADO					
MAURO ELAR FERRARI	31/03/1954	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2017	1ª RCA após AGO 2018	2
215.545.600-04	CONTADOR	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/04/2017	Não	0.00%
CONTADOR					
CESAR AUGUSTO PERONI ODY	28/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2017	AGO 2018	8
736.236.100-97	ADMINISTRAÇÃO	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2017	Não	100.00%
NÃO					
ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH	11/01/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2017	AGO 2018	2
489.955.410-91	CONTADOR	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2017	Não	100.00%
NÃO					
MARIA HELENA ADAMS PEREZ	19/12/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2017	AGO 2018	5
178.647.040-34	CIRURGIÃ DENTISTA	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	24/04/2017	Não	100.00%
NÃO					
PAULO CESAR SANVITTO	07/09/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2017	AGO 2018	4
294.042.820-49	MÉDICO	20 - Presidente do Conselho de Administração	24/04/2017	Não	100.00%
NÃO					
BEATRIZ SELBACH SCHMIDT	03/02/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2017	AGO 2018	2
265.724.430-00	LICENCIADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2017	Não	100.00%
NÃO					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

RICARDO DA CRUZ FRANCK - 265.916.930-68

Responsável pelo Departamento Jurídico da Finansinos S/A. desde 1984.

MAURO ELAR FERRARI - 215.545.600-04

EXERCEU A FUNÇÃO DE GERENTE DE AUDITORIA NA EMPRESA NARDON, NASI & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES, NO PERÍODO DE 01.05.1978 À 21.05.1994.

EXERCE A FUNÇÃO DE CONTADOR JUNTO A FINANSINOS S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DESDE 01.06.1994 E DESDE 2015 PASSOU A OCUPAR CARGO DIRETIVO.

CESAR AUGUSTO PERONI ODY - 736.236.100-97

Curso de Administração, Conselheiro de Administração

ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH - 489.955.410-91

Bacharel em Ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul - PUC-RS, Pós Graduado em Administração e Estratégia Empresarial pela Unviersidade Luterana do Brasil, é socio da Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores.

MARIA HELENA ADAMS PEREZ - 178.647.040-34

Curso Cirurgiã Dentista concluído em 1972 na PUC/RS. - Conselheira de Administração

PAULO CESAR SANVITTO - 294.042.820-49

Médico Radiologista inscrito no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul sob o número 10991. Experiências profissionais: Chefe dos residentes do Serviço de Radiologia do HCPA de janeiro de 1982 a dezembro de 1983, Médico Radiologista do Serviço de Radiologia do Hospital de Clinicas de Porto Alegre-Universidade Federal do Rio Grande do Sul de janeiro de 1984 a março de 1986, Médico Radiologista Concursado do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre - 1995 a 1998, Médico do Serviço de Radiologia do Hospital São Lucas de PUC-RS de abril de 1986 a agosto de 1988, Médico do Serviço de Imagem do Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre desde 1988, Diretor do Moinhos Centro de Imagens do Hosplital Moinhos de Vento de 1995 a setembro de 2002, Médico Chefe da Unidade de Diagnóstico por Imagem do Hospital Moinhos de Vento desde 2004.

BEATRIZ SELBACH SCHMIDT - 265.724.430-00

Cusro Superior na Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo/FEVALE Licenciada em Esucação Física - 21.12.1978.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
BEATRIZ SELBACH SCHMIDT	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	LICENCIADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	25/07/2016	1 ANO	100.00%
265.724.430-00			03/02/1952	25/07/2016	3	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
JULIO CESAR DE OLIVEIRA PÉREZ	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	AGRONOMO	25/07/2016	1 ANO	100.00%
100.065.400-15			08/09/1948	25/07/2016	1	
NÃO EXERCE NENHUMA OUTRA FUNÇÃO NO EMISSOR						
MARIA HELENA ADAMS PEREZ	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	ODONTOLOGA	25/07/2016	1 ANO	100.00%
178.647.040-34			19/12/1948	25/07/2016	1	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
BEATRIZ SELBACH SCHMIDT - 265.724.430-00						
JULIO CESAR DE OLIVEIRA PÉREZ - 100.065.400-15						
MARIA HELENA ADAMS PEREZ - 178.647.040-34						

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ NA COMPANHIA RELAÇÕES FAMILIARES

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HÁ NA COMPANHIA RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 – Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não existem quaisquer acordos dessa natureza na companhia

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12 – Práticas de Governança Corporativa

A governança corporativa, está bem definida na rotina dos negócios da companhia, sendo que o Conselho de Administração é quem determina as premissas básicas a serem observadas pela Diretoria que desenvolve em conjunto com o quadro funcional.

A hierarquia está bem definida, onde os funcionários sabem claramente a quem respondem.

São realizadas reuniões de acompanhamento das operações e passadas novas diretrizes a serem seguidas pela empresa como um todo.

12.13 - Outras informações relevantes

12.13 – Outras informações relevantes

NAÕ HÁ OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANES

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, é definido o limite global em AGO, cabendo ao Comitê de Remuneração e ao Conselho de Administração, determinar a divisão entre seus integrantes podendo ela ser diversa entre eles.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração Fixa, corresponde ao valor recebido mensalmente pelo profissional que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

A remuneração variável, refere-se ao valor concedido semestralmente a Diretoria Executiva, a título de Participações nos Lucros, por determinação do Conselho de Administração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração mensal do Conselho de Administração e da Diretoria é 100% fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Art. 26 do Estatuto Social prevê: A Sociedade terá um Comitê de remuneração que será regido pela legislação aplicável e pelo “Regimento do Comitê de Remuneração”, elaborado pelo Conselho de Administração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo no mínimo 1 (um) não administrador e os demais escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração e/ou da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, devendo um deles ser designado Coordenador.

§ Único – O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da sociedade, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação da remuneração são o resultado da Companhia e o desempenho do próprio executivo.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A referência de valor da função no mercado é a base para definição da remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A definição dos componentes da política de remuneração envolve o engajamento e senso de propriedade dos profissionais com os resultados da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há esse tipo de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	528.194,80		708.194,80
Benefícios direto e indireto	0,00	75.456,40		75.456,40
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	603.651,20		783.651,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	521.905,50		701.905,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	521.905,50		701.905,50

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	225.000,00	992.280,45		1.217.280,45
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	225.000,00	992.280,45		1.217.280,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00		10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.000,00	757.886,80		1.093.886,80
Benefícios direto e indireto	0,00	115.892,00		115.892,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	336.000,00	873.778,80		1.209.778,80

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**13.3 Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

EXERCÍCIOS		2017	2016	2015	2014
ÓRGÃO	DIRETORIA				
	Nº DE MEMBROS	2	2	3	3
	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS - R\$	75.456,40	0,00	0,00	107.802,00
ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
	Nº DE MEMBROS	5	5	5	7
	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS – R\$	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5.1 opções exercidas em ações entregues relativa à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, com conselho de administração e da diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversível, detidos por administradores e conselheiros fiscais por órgão.

EM 31.12.2016	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE DE AÇÕES	%
GRUPO		
CONTROLADOR	608.185	66,56
DIRETORES	2.059	0,23
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	647	0,07
OUTROS	302.887	33,14
TOTAL	913.778	100,00

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A empresa não possui planos de previdência em vigor

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	2,00	2,00	3,00	5,00	5,00	6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	5,00	5,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	231.890,40	231.890,40	308.249,00	36.000,00	48.000,00	48.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	220.848,00	220.848,00	258.951,09	36.000,00	48.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	226.369,20	226.369,20	291.816,36	36.000,00	48.000,00	48.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não houve eventos nesse sentido

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

EXERCÍCIOS		2016	2015	2014
ÓRGÃO	DIRETORIA			
	PRO-LABORE – TOTAL – R\$	521.905,50	992.280,00	757.886,80
	% REM. TOTAL S/RESULTADO	(407,89)%	(21,86)%	111,00%
ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	PRO-LABORE – TOTAL – R\$	181.500,00	225.000,00	332.000,00
	% REM. TOTAL S/RESULTADO	(141,85)%	(4,96)%	49,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve eventos nesse sentido nos 3 últimos exercícios

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve eventos nesse sentido nos últimos 3 exercícios

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Todos os empregados são da área administrativa da Matriz 12 funcionários

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não temos recursos humanos terceirizados

c. índice de rotatividade

No último exercício tivemos 3 demissões de funcionário, sendo o índice de rotatividade de 20%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Temos 5 reclamações trabalhistas com valor estimado e provisionado de R\$ 588 mil.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 – Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

No exercício de 2016 houve alterações no quadro funcional, onde tivemos uma redução de 3 funcionários gerando um custo de rescisões de R\$ 294 mil.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 – Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A política da empresa é somente salários fixos e horas extras e não tem outra forma de remuneração (variável)

b. política de benefícios

A companhia apresenta somente os benefícios estipulados em dissídio coletivo da categoria que são: Ticket alimentação e plano de saúde (UNIMED).

C . características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. Grupos de beneficiários**
- ii. Condições para exercício**
- iii. Preços de exercício**
- iv. Prazos de exercício**
- v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Não há na companhia remunerações baseadas em ações

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 – Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

Não temos qualquer contato com o Sindicato, eventualmente o sindicato distribui folhetos aos funcionários

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 Outras Informações Relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
MARIA LUIZA ADAMS SANVITTO					
250.826.630-20	BRASILEIRA-RS	Não	Não		
Não					
128.478	14,060000%	0	0,000000%	128.478	14,060000%
CESARO PARTICIPAÇÕES S.S. LTDA.					
04.775.577/0001-26	RS	Não	Não	09/10/2013	
Não					
354.645	38,810000%	0	0,000000%	354.645	38,810000%
CAME PARTICIPAÇÕES LTDA.					
92.232.222/0001-58	BRASILEIRA-RS	Não	Não	28/04/2005	
Não					
93.143	10,190000%	0	0,000000%	93.143	10,190000%
MARIA HELENA ADAMS PEREZ					
178.647.040-34	BRASILEIRA-RS	Não	Não		
Não					
125.062	13,690000%	0	0,000000%	125.062	13,690000%
OUTROS					
212.450	23,250000%	0	0,000000%	212.450	23,250000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
913.778	100,000000%	0	0,000000%	913.778	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CAME PARTICIPAÇÕES LTDA.				92.232.222/0001-58	
ANA MARIA MEINE					
445.383.160-91	BRASILEIRA-RS	Não	Não	28/08/2015	
Não					
1.822.847	24,310000	0	0,000000	1.822.847	24,310000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
CARLOS MARIA MEINE					
371.380.300-53	BRASILEIRA-RS	Não	Não	28/08/2015	
Não					
2.014.726	26,860000	0	0,000000	2.014.726	26,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GILDA MARIA MEINE					
379.187.960-04	BRASILEIRA-RS	Não	Não	28/08/2015	
Não					
1.647.701	21,970000	0	0,000000	1.647.701	21,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
CAME PARTICIPAÇÕES LTDA.			92.232.222/0001-58		
MANOEL MARIA MEINE					
578.346.520-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	28/08/2015	
Não					
2.014.726	26,860000	0	0,000000	2.014.726	26,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
7.500.000	100,000000	0	0,000000	7.500.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CESARO PARTICIPAÇÕES S.S. LTDA.				04.775.577/0001-26	
CESAR AUGUSTO PERONI ODY					
736.236.100-97		Não	Não	08/11/2012	
Não					
874.266	51,240000	0	0,000000	874.266	51,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
DANIELA ODY NEDEL					
550.468.350-53		Não	Não	08/11/2012	
Não					
831.896	48,760000	0	0,000000	831.896	48,760000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.706.162	100,000000	0	0,000000	1.706.162	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	254
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	19
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	302.887	33,140000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	302.887	33,140000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 – Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1. e 15.2.

A companhia não tem divulgado organogramas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte.**

A empresa possui acordo de acionistas homologado pelo BACEN em 16.12.2015 e celebrado em 12.07.2014, com prazo de vigência de 5 anos.

As Partes são:

- a) CESARO PARTICIPAÇÕES SS LTDA., cujos quotista são: CESAR AUGUSTO PERONI ODY e DANIELA ODY NEDEL.
- b) MARIA LUIZA ADAMS SANVITTO
- c) MARIA HELENA ADAMS PEREZ

Segundo do Art. 3º - A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das assembleias e/ou reuniões de sócios da sociedade.

Segundo o Art. 5º - As partes comprometem-se, por si e seus sucessores a qualquer título, a exercer o direito de voto atribuído às ações que são titulares de modo a fazer com que as obrigações assumidas neste Acordo sejam integralmente cumpridas.

Parágrafo único – O exercício do direito de voto pelas partes em quaisquer assembleias e/ou reuniões de sócios com infração às disposições deste Acordo será nulo e ineficaz perante a Sociedade e quaisquer terceiros.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 – indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

15.7 – Principais Operações Societárias

Operações de Crédito: Capital de Giro, Financiamentos e Desconto de Títulos

Intermediação Financeira

15.8 - Outras informações relevantes

15.8 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As relações com partes relacionadas ocorrem somente em relação a aplicações financeiras de acionistas e que seguem as regras normais de mercado;

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PESSOAS FÍSICAS	01/01/2015	398.411,82	O SALDO EXISTENTE EM 31.12.2016 É R\$ 398 MIL E O VLR DAS DESPESAS DE JUROS FOI DE R\$ 231 MIL	R\$ 299.000,00	ATÉ O VENCIMENTO DA LC	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	ACIONISTAS						
Objeto contrato	APLICAÇÃO EM LETRAS DE CÂMBIO						
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	VENCIMENTO DA APLICAÇÃO OU RECOMPRA DO TÍTULO						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 – Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 6.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A companhia aceita aplicações financeiras de acionistas em Letras de Câmbio, cujo tratamento é o mesmo que é dado aos demais clientes, tanto em taxas como em prazos, etc., portanto não há conflitos de interesses nestas transações.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/04/2005	12.351.465,87		913.778	0	913.778

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TIVEMOS AUMENTO DE CAPITAL NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HOUVERAM DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO HOUVE REDUÇÃO DE CAPITAL NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes

18.1 - Direitos das ações**Espécie de ações ou CDA Ordinária****Tag along** 0,000000**Direito a dividendos** SIM**Direito a voto** Pleno**Conversibilidade** Não**Direito a reembolso de capital** Não**Restrição a circulação** Não**Resgatável****Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate****Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários** N/A**Outras características relevantes** N/A

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 – Descrever, se existem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 – Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

Não há cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TIVEMOS NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TIVEMOS EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 – Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

BOVESPA ou mercado de Balcão

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

a. país

b. mercado

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

d. data de admissão à negociação

e. se houver, indicar o segmento de negociação

f. data de início de listagem no segmento de negociação

g. percentual do volume de negociação no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

i. se houver, banco depositário

j. se houver, instituição custodiante

A companhia não negocia em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TIVEMOS TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9 – Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas as ações de emissão de terceiro

Não houveram ofertas públicas de aquisição feitas nos 3 últimos exercícios sociais

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10 – Destinação de Recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve ofertas públicas nos 3 últimos exercícios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11 – Descrição de ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativa a ações de emissão de terceiros

Não houve ofertas públicas nos 3 últimos exercícios

18.12 - Outras informações relevantes

18.12 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não opera com valores mobiliários, portanto não temos outras informações

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TEMOS PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO TIVEMOS MOVIMENTAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 – Outras informações relevantes – recompra/tesouraria

NÃO HÁ INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE RECOMPRA/TESOURARIA

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários**Data aprovação** 31/12/2016**Cargo e/ou função** DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**Principais características e locais de consulta**

Não há política formalizada visto que não houve negociação de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais

**Períodos de vedação e descrição
dos procedimentos de fiscalização** Não há

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 – Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela comunicação à CVM, à BOVESPA e se for o caso ao Mercado de Balcão e pela divulgação ao mercado de Ato o Fato Relevante da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrever a política de divulgação DAE ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios da BOVESPA e, se for o caso na Bolsas de Valores e no Mercado de Balcão. A divulgação de Ato ou Fato relevante envolvendo a Companhia dar-se-á por meio de publicações nos jornais de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 – Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação e uso de informações de negociação de valores mobiliários da Companhia

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes